

**PROFESSOR,  
ASSOCIE-SE À  
APROPUC**

# PUCViva

Nº 982 - 04/4/2016

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

## PUC-SP REPUDIA VIOLÊNCIA POLICIAL

A semana passada foi caracterizada por manifestações de colegiados, faculdades, programas de pós, departamentos e Cetros Acadêmicos sobre as atrocidades provocadas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo na noite de 21/3 no campus Monte Alegre da PUC-SP.

A PM reprimiu com violência as manifestações de estudantes contrários ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, provocando ferimentos em estudantes e lançando bombas de gás lacrimogêneo contra o prédio novo.

A APROPUC e a AFAPUC reagiram prontamente publicando nota em que repudia os ataques contra a comunidade universitária, conclamando a universidade a posicionar-se contra a barbárie "A PUC-SP não pode se calar mediante a ofensiva da direita, da repressão e violência policial do governo de São Paulo, assim como se coloca firmemente contra a criminalização dos movimentos sociais.

Nesse sentido, reivindicamos que a reitoria e a Fundasp se posicionem firmemente contra a intervenção da Polícia Militar e Secretaria da Segurança Pública e se mantenham em defesa da autonomia e democracia universitárias", diz o documento.

As entidades também manifestam a sua preocupação quanto à ampla apuração dos fatos ocorridos



FERNANDA GRANDINO

**Policiais investem contra os estudantes na noite de 21/3 na PUC-SP**

na universidade. É preciso identificar quem chamou a PM para reprimir manifestações de estudantes no campus Monte Alegre, e chamar à responsabilidade os gestores da universidade para que as respostas a tais agressões sejam prontas e firmes.

### MANIFESTAÇÕES

No dia seguinte à ação policial os estudantes organizaram dois atos na

Prainha do campus Monte Alegre protestando contra a violência policial. A manifestação noturna terminou com uma passeata pelas ruas de Perdizes contra a ação da PM.

Nos dias que se seguiram as respostas da comunidade não cessaram. Consun, Cepe, faculdades, centros acadêmicos, emitiram notas, fizeram reuniões extraordinárias contra a violência.

Nesta semana a Facul-

dade de Ciências Sociais promove um espaço de escuta, onde serão ouvidos aqueles que testemunharam os acontecimentos e/ou sofreram com a ação policial. O evento tem como finalidade registrar, dimensionar e propor ações para o enfrentamento da violência em suas diversas instâncias. A escuta acontece no Auditório 100 nos dias 04/04 – das 19h às 22h; 05/04 – das 09h-12h ou 06/04 das 14h às 17h, não é necessário inscrição é só comparecer.

Nas páginas 3, 4 e 5 desta edição reproduzimos algumas manifestações (que continuaremos a reproduzir nas próximas semanas).

O Conselho Universitário, Consun, também aprovou por unanimidade uma moção contra a violência. Porém, embora o encaminhamento dos conselheiros fosse para a publicização imediata da nota, até o encerramento desta edição ela não aparecia no site da PUC-SP.

**FUNCIONÁRIO**

**Fortaleça  
sua entidade!**

**Associe-se  
à AFAPUC**

## Nota da diretoria da APROPUC frente à conjuntura nacional

A diretoria da APROPUC-SP vem a público manifestar seu posicionamento contra o golpe institucional de direita em curso, que se utiliza de um álibi no interior do aparelho de Estado ao impetrar o pedido de impeachment contra a presidente da República. Essa tramitação atende aos setores da burguesia, do grande empresariado, da Fiesp, da oposição de direita do PSDB, do PMDB e de seus aliados, da grande mídia - Rede Globo e os jornais e revistas de grande circulação -, do Ministério Público, da Polícia Federal, da OAB que, frente a um governo enfraquecido, articula-se internamente para manter-se no poder e em defesa de seus próprios interesses de classe. A crise política está diretamente vinculada à crise econômica do capital que necessita entrar com medidas de mais austeridade contra os trabalhadores na defesa dos interesses de classe da burguesia que se consubstancia na exploração do trabalho humano e no neoliberalismo. Para tanto o PT, embora tenha cumprido as medidas de ajuste fiscal impostas pelo capital, já não interessa mais aos setores reacionários e de oposição da burguesia em conviver com esse governo. Esse é o sentido do golpe institucional arquitetado com as manobras do judiciário sem base fundamentada para essa medida.

O modelo neoliberal é implantado no Brasil desde o governo Collor, passando pelo governo Itamar, se consolidando nos dois mandatos de FHC e tendo sua continuidade nos dois governos - Lula e primeiro mandato de Dilma -, se aprofundando no segundo mandato da presidente reeleita. Em que pese a diferenciação nos governos do PT com programas sociais dirigidos à

população mais empobrecida, os mesmos desvinculados de políticas estruturantes como trabalho e defesa de salários e empregos, expressou programas focalizados necessários à lógica do capital que de outro lado se favoreceu de incisivos ajustes econômicos que recaíram sobre os trabalhadores.

Essas medidas neoliberais atacam e continuam a atingir o conjunto da classe trabalhadora: contrarreformas do ensino fundamental, médio e superior, trabalhista, sindical, previdenciária e ajustes fiscais aprovados, em 2015, com cortes nas áreas da saúde, educação, reforma agrária, em programas habitacionais, privatizações com um claro compromisso com o capital financeiro, em direção oposta aos direitos dos trabalhadores histórica e arduamente conquistados.

A diretoria da APROPUC, em suas cartas-programa e em sua ação cotidiana, tem se colocado, desde a sua fundação, contra a ditadura militar, em defesa dos direitos dos trabalhadores, em apoio às lutas dos movimentos sociais, sindicais e populares, na perspectiva da luta por uma sociedade anticapitalista, socialista, emancipada. Para tanto, defende a autonomia e independência das entidades dos trabalhadores em relação ao empresariado, ao patronato e ao governo. Nesse sentido, no último período (2015-2016), a APROPUC se posicionou claramente contra os ajustes fiscais do governo Dilma, a lei antiterrorismo, as contrarreformas em curso, os decretos que incidem sobre a quebra dos direitos dos trabalhadores e a luta contra o PL 30/2015, que trata da lei de terceirização de todos os trabalhadores, em tramitação no Congresso Nacional - o mais reacionário

da República -, o que levará as relações de trabalho a patamares anteriores aos anos 1930 - Getúlio Vargas.

A APROPUC apoiou as greves de trabalhadores em curso de operários metalúrgicos, gráficos, professores de ensino médio e superior, garis, bancários, metroviários, trabalhadores terceirizados, petroleiros, rodoviários, sendo que as greves ocorridas nos últimos dois anos superaram as dos anos 1980 e 90, período de efervescência das lutas sindicais; apoiou as lutas dos indígenas e quilombolas por demarcação de terras, a luta em defesa dos militantes ameaçados de morte, a luta das mulheres contra a opressão e pela legalização do aborto, a luta contra o genocídio de jovens, negros, pobres das periferias dos grandes centros urbanos pela polícia militar, a luta contra a homofobia, lesbofobia e transfobia, a luta contra criminalização dos movimentos sociais, as lutas contra a precarização do trabalho, as lutas e mobilizações em 2013 nas jornadas de junho, as ocupações de terra no campo e na cidade na luta pela reforma agrária e urbana, a ação direta na ocupação da fábrica MABE pelos operários em luta, a luta dos estudantes secundaristas que ocuparam as escolas de forma independente contra a reorganização vertical realizada pelo governo reacionário de Aclckmin no Estado de São Paulo.

A APROPUC luta e lutará com os trabalhadores por suas reivindicações, assim como na PUC-SP lutou contra as demissões de professores e funcionários, contra a quebra da autonomia e democracia universitária, contra a maximização e precarização do trabalho, contra a intervenção da Fundasp, contra as terceirizações e pela contratação de todos os terceiri-

zados diretamente pela PUC-SP, contra a quebra da autonomia universitária em 2012 em que D. Odilo passa por cima da soberania das urnas e indica a terceira e última colocada no pleito, contra a mercantilização e privatização do ensino e em defesa do ensino e do trabalho. No último dia 21/3 se posicionou, lutou e continuará na luta e contra a violência da polícia militar armada contra a PUC-SP e continuará na busca incessante para saber quem chamou a polícia. Também não podemos nos calar mediante as investidas fascistas, retrógradas que têm se manifestado cotidianamente espalhando um ódio de classe.

A diretoria da APROPUC se soma às manifestações autônomas e independentes dos trabalhadores na construção de uma Frente de Esquerda Classista contra o golpe da direita em curso e as manobras do judiciário. Contra as medidas neoliberais e o ajuste fiscal do governo Dilma e em defesa das reivindicações e lutas da classe trabalhadora. Contra o Impeachment. Participamos do ato do dia 1/4, no MASP, com as bandeiras acima. Somente a classe trabalhadora organizada e em luta por suas reivindicações com autonomia e independência de classe pode barrar o avanço da direita e o ajuste fiscal. Assim como nos somaremos a todas as iniciativas nessa direção na luta contra todo tipo de exploração e opressão de classe, gênero, raça, etnia, etária e orientação sexual.

**Por uma sociedade libertária, igualitária a ser conquistada pela classe trabalhadora e juventude em luta contra o capital.**

*Diretoria da APROPUC*

## Nota do Neils e da revista Lutas Sociais sobre a atual crise política

O(a)s pesquisadore(a)s do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais), que produz a revista Lutas Sociais, têm diferentes posições em relação aos governos petistas, do apoio crítico à plena desaprovção.

É importante observar que Lutas Sociais mantém-se aberta à publicação de textos que, fundamentados em pesquisas teóricas e empíricas, expressam estas dis-

tintas orientações políticas.

Dadas as dimensões adquiridas pela presente crise política no Brasil, o ponto comum ao conjunto de pesquisadore(a)s do núcleo e de sua publicação é o repúdio a toda solução golpista, a qual convém apenas aos setores mais retrógrados deste país, sempre avessos aos interesses, mesmo que imediatos, dos oprimidos nacional e internacionalmente.

Estamos cientes de que os movimentos e partidos que mais se voltam contra as diversas formas de opressão serão os mais atingidos por um golpe de Estado que coloque em risco o regime democrático brasileiro, sobre cujas limitações inclusive de caráter estrutural, também temos amplo consenso.

O NEILS e a revista Lutas Sociais manifestam-se abertamente contra o golpismo, sejam quais

forem suas formas, e a favor das lutas pela implementação de políticas sociais mais avançadas e de profundas transformações na sociedade brasileira.

**Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)**

**Revista Lutas Sociais.  
26 de março de 2016.**

## Violência na PUC-SP

# Comunidade se manifesta contra violência

*Nas próximas páginas publicamos documentos de vários setores da universidade que expressam o repúdio à ação da PM*

## CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CEPE

### Repúdio à violência contra a PUC-SP

Na segunda feira (21/3) à noite nossa PUC foi alvo de lamentáveis cenas de violência.

Na Rua Ministro Godoi, a partir das 19hs, em frente ao Edifício Bandeira de Melo (Prédio Novo), um grupo de aproximadamente 100 jovens iniciou ato a favor do impeachment da

Presidente Dilma em torno de um caminhão de som, manifestando-se com discursos e músicas. Por volta das 20:30hs outro grupo de estudantes da PUC postou-se na mesma rua, a cerca de 50m do caminhão de som, manifestando-se com palavras de ordem contra o primeiro grupo. A Polícia Militar posicionou-se entre ambos os grupos para evitar con-

frontos. Até então, embora em clima tenso, as manifestações eram pacíficas.

Pouco depois das 21hs o grupo a favor do impeachment, que se reduzira a cerca de 30 jovens, se afastou do local. Os estudantes do segundo grupo, cerca de 120 ainda contidos em seu espaço pela Polícia Militar, permaneceram na rua, manifestando-se. Poucos minutos depois, a Polícia Militar unilateralmente avançou contra esse grupo, lançando bombas de efeito moral, gás de pimenta e balas de borracha, provocando tumulto e ferindo estudantes, que foram atendidos no Ambulatório da PUC. Há testemunhos de que os policiais atiraram também

contra estudantes e professores que assistiam a tudo das sacadas dos andares do Prédio Novo.

O avanço da Polícia Militar contra os estudantes e contra a Universidade mostrou-se inteiramente arbitrário e unilateral, violando o direito a manifestação pacífica.

Declaramos nossa profunda indignação contra essa violência de alto risco; pior ainda porque originada de uma corporação que deveria estar ali para cumprir o papel inverso: o de garantir a ordem pública e o respeito à Constituição e às leis.

Consideramos uma violência institucional inaceitável a agressão dos policiais contra o prédio

da Universidade: trata-se de um atentado à sua autonomia, que se torna agora ainda mais preocupante à vista da delicada conjuntura política do País.

A violência não pode ser tolerada. Repudiamos a ação da Polícia Militar. Defendemos antes e defendemos ainda o direito de expressão, de manifestação e o direito à paz. A universidade é espaço democrático de debate e crítica e almejamos que nossa comunidade, dentro e fora de seus muros, tenha seus direitos constitucionais garantidos.

São Paulo, 23 de março de 2016

**Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da PUC-SP**

## Faculdade de Ciências Sociais

### Carta aberta à comunidade

Prezados,  
Na noite do dia 21 de março de 2016, o campus Monte Alegre da PUC-SP foi alvo de ato de violência praticado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Nesta data, estudantes da PUC-SP manifestavam-se com relação à conjuntura política nacional, quando a PM do Estado de São Paulo, atacou deliberadamente com gás pimenta, gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral, balas de borracha e cas-setetes, o grupo que pacificamente se opunha à deposição da presidente da República. Os ataques da PM atingiram os estudantes na Rua Ministro de Godoy e também alunos, professores e funcionários que estavam no interior do prédio da Universidade. Ao longo desta ação, alunos, professores e funcionários foram atingidos por balas de borracha, ou passaram mal sob o efeito das bombas de gás. Instaurou-se um tumulto no campus

em decorrência da ferocidade da ação policial.

Diante desses fatos, a Faculdade de Ciências Sociais, reunida em Conselho extraordinário, deliberou por manifestar-se publicamente registrando sua indignação e solicitando à Reitoria desta Universidade, à Fundação São Paulo e à Cúria Metropolitana que os acontecimentos sejam apurados junto ao governo do Estado de São Paulo e à administração de sua Polícia Militar visando a identificação e punição dos responsáveis.

Mantendo viva a longa história de resistência da PUC-SP, este Conselho lembra a reação de Dom Paulo Evaristo Arns, ante a invasão policial da Universidade em 1977 "Na PUC só se entra prestando exame vestibular, e só se entra na PUC para ajudar o povo e não destruir as coisas"

**Conselho da Faculdade de Ciências Sociais**

## Pós em Educação: História, Política, Sociedade

### Manifesto

Os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, reunidos em reunião ordinária em 22/03/2016, vem a público apresentar o seu mais veemente repúdio contra a ação abusiva, parcial e violenta da Polícia Militar contra um grupo de estudantes que simplesmente gritavam palavras de ordem contra outro grupo que defendia o impeachment da Presidente Dilma.

A agressão com bombas de gás e tiros com balas de borracha não tem a menor justificativa, agravada pelo fato de que foi dirigida somente a um dos grupos de manifestantes, numa demonstração clara e insofismável de que a Polícia paulista defende a livre manifestação popular, desde que seja de um lado só.

Esta é mais uma demonstração da tentativa de calar, pela violência e brutalidade, aqueles que se

colocam, de forma democrática, contra os abusos que ferem as liberdades democráticas e colocam em risco a institucionalidade do Brasil.

Para prova definitiva da inaceitável violência da Polícia Militar, consultem no facebook do Programa o vídeo comprobatório (Pós Ehps Pucsp)

Exigimos do Governo do Estado as providências cabíveis para apuração dos responsáveis pelo ato inaceitável por parte de instituição que deve manter a ordem e não atentar contra ela.

Ao mesmo tempo lamentamos a nota expedida pela Reitoria, de isentar a PM de responsabilidades e instamos às autoridades desta Universidade

que se posicionem frente a mais um lamentável episódio contra uma instituição que tem primado historicamente pela livre liberdade de expressão.

**PEPG em Educação: História, Política, Sociedade - PUC-SP**

## Violência na PUC-SP

### Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social

#### Contra o golpe: PUCSP retoma sua verdadeira estatura histórica

É na polis e no laço social que os seres humanos podem se unir para as mais altas realizações civilizatórias. Mas é esse também o palco das mais odiosas e violentas ações contra os mais frágeis e do exercício da prepotência e tentativa de eliminação da alteridade e das diferenças, sejam elas de que natureza for: política, racial, sexual, religiosa ou de classe econômica e social.

Como psicólogos, psicanalistas e cientistas sociais investigadores dos sujeitos e do laço social, conhecemos bem a diferença entre uma coletividade representada pelas relações recíprocas e respeitadas entre indivíduos e uma massa regida por uma ideia fixa de cunho paranoico, constituída pelo ódio contra uma determinada pessoa, grupo ou instituição; e que serve de cimento temporário para um laço destrutivo com os demais. É isso que liga as turbas nos linchamentos. Com uma textura mais elaborada, é também o que subjaz às manifestações fascistas. E é também a mesma coisa que assistimos, com séria preocupação, nos clamores de golpe contra as instituições democráticas brasileiras. Se a massa não sabe para onde caminha, é claro que os que a incitam tem uma direção clara e definida. Pretendem submeter suas ações a interesses de classe e de grupo inequívocos, dirigidos por uma parcela da mídia que representa esses mesmos interesses. E, obviamente, esse insuflamento não interessa aos menos favorecidos economicamente, às mulheres em geral, aos negros, aos índios, aos gays, às lésbicas, nem a qualquer um que deseje a liberdade, a democracia e o respeito à diferença e à alteridade; embora muitos dos que mais têm a perder com esta situação possam, eventualmente, não se dar conta disto.

Nós, representantes dos interesses progressistas e democráticos, precisamos ocupar os espaços públicos com rapidez e energia, para levarmos à população em geral o alerta sobre o que está ocorrendo. E precisamos fazê-lo rápido, pois, se demormos, isso talvez possa não mais ser possível. É hora de esquecermos as diferenças entre nós (que existem, sim) em nome de evitar um mal maior, que nos atingirá a todos, se a liberdade democrática nos for subtraída por um golpe que já se iniciou. Saint Jean, general da ditadura argentina, assim sintetizou assim o programa político do chamado "Processo de Reorganización Nacional"

de 1973 a 1983: "Primeiro mataremos todos os subversivos, depois os seus colaboradores, depois os simpatizantes, depois os indiferentes e por último os tímidos". Ainda que um pouco menos radical, o "Brasil, ame-o ou deixe-o", da ditadura militar brasileira, tinha a mesma essência. Nós, brasileiros, vivemos estes fatos na ditadura militar de 64. Se não queremos que nós, nossos filhos e familiares, orientandos e alunos, amigos e colegas - nem qualquer brasileiro - voltem a vivê-los ou revivê-los, precisamos levar às ruas (e a todos os lugares a que tivermos acesso na polis) nosso manifesto a favor da democracia, contra o golpe, contra o impedimento ilegítimo e não fundamentado da presidenta eleita e contra as prisões e constrangimentos arbitrários de toda e qualquer pessoa.

Fazendo coro ao vídeo de alguns artistas que se manifestaram nos últimos dias (<https://www.youtube.com/watch?v=rhMYoePL3s>): somos contra a corrupção e a favor da investigação e prisão de todos os comprovadamente culpados de corrupção, em julgamentos empreendidos de modo legal e imparcial. Mas também somos contra a fome, a miséria, as escolas só para ricos, as universidades só para brancos, os genocídios indígenas, a violência contra o corpo das mulheres, o machismo, o racismo, a violência policial contra negros e pobres, a justiça só para alguns. E somos a favor da democracia, da reforma política e contra o domínio eleitoral dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais que não mostram respeito pelo voto popular. E somos a favor da democratização da mídia (lembramos-nos que a concessão dos canais de difusão de rádio e televisão hoje existentes foi realizada pelos ditadores militares de 64).

Existe algo que poderíamos denominar 'laço social perverso', na demonização de um único indivíduo, grupo ou instituição: sejam os cristãos originais na antiguidade, os judeus no nazismo, os comunistas e subversivos na ditadura de 64, ou os "petralhas", na atualidade. Essa concentração de todo o mal a ser destruído em um único foco escolhido, com vistas ao restabelecimento de uma suposta pureza ou unidade absoluta anteriormente existente - um 'paraíso perdido terrestre' - não passa de uma farsa a ser usada como mito de alienação e manipulação de massas, para destruição dos adversários: adversários políti-

cos, na situação contemporânea. Com a realização do "Ato pela liberdade democrática", em 16/3/2016 ([https://www.youtube.com/watch?v=r4iqkM\\_bJKU](https://www.youtube.com/watch?v=r4iqkM_bJKU)), a PUCSP retomou a estatura histórica que lhe cabe desempenhar em momentos graves e cruciais da sociedade brasileira. No passado, em julho de 1977, abrimos nosso campus para a realização da 29ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que estava proibida pela ditadura militar. Moções em defesa da anistia, das liberdades democráticas, pela reintegração de professores cassados, entre outros temas políticos, foram aprovadas ao final desse encontro: um marco na luta brasileira pela liberdade e democracia. A invasão violenta da PUCSP, pela polícia a serviço da repressão, foi o preço que tivemos que pagar, como nos lembra a voz de prisão de Erasmo Dias, agente da repressão de infeliz lembrança, então encarregado de sua execução: "Ato público está proibido. Não admitimos passeata, nem comício. Tá todo mundo preso e outros também vão ser enquadrados na lei de segurança nacional". Preço barato, perto da dimensão do que estava em jogo e da grandiosidade do nosso gesto. Neste momento sombrio, precisamos mais do que nunca saber que nós, defensores da democracia, da liberdade e do respeito e consideração pelas diferenças entre os seres humanos não estamos sós; e que, na verdade, somos MUITOS MAIS do que uma mídia mistificadora (que, infelizmente, não é uma parcela diminuta) quer nos fazer crer que somos. Já se observam claros sinais da maturidade e participação política do nosso povo e as manifestações contra o golpe à democracia e à liberdade já despontam com impe-

to. Em consequência disso, já estamos obtendo vitórias essenciais contra o golpe que a direita iniciou contra a democracia no Brasil. Os reflexos já estão acontecendo em vários lugares e os golpistas já perderam o monopólio da posição de ataque, que mantinham até a semana passada.

Nesta segunda-feira, 21/3/2016, jovens estudantes corajosos da PUCSP (moças e rapazes) foram agredidos com violência pela Polícia Militar de São Paulo, ao se manifestarem contra o golpe (<https://www.youtube.com/watch?v=9WKaFPomsXw>). Mais uma vez vemos essa corporação, que devia estar a serviço da população, ser utilizada para atacá-la. Mas isto não intimidou os nossos estudantes, que, na terça-feira de 22/3/2016, fizeram uma marcha em protesto pelas ruas de São Paulo. Vejam-se os dois links abaixo:

<https://www.youtube.com/watch?v=vGsxFwguZI>  
<https://www.youtube.com/watch?v=AIWQ8hQzP3E>

**Nós, docentes, alunos e membros do colegiado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUCSP,** vimos protestar energicamente contra esse uso político da força policial de São Paulo, para reprimir manifestações estudantis e populares pacíficas. Exigimos do Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, responsável pelas ações da PM, a apuração e punição dos culpados pelas arbitrariedades cometidas, além de um paradeiro definitivo na violência contra a população do estado.

**E conclamamos nossa comunidade e a população brasileira a prosseguirem sua luta em defesa da democracia, de modo a evitar que a ditadura e o fascismo se reinstalem no Brasil!**

### Fac. Economia e Administração

#### Nota de Repúdio

A Direção da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais vem a público externar o seu repúdio aos fatos lamentáveis de violência contra nossos estudantes, praticados pela Polícia Militar de São Paulo. Tal ato, além de se constituir em agressão física injustificável, fere não apenas princípios democráticos da liberdade de expressão, como também a autonomia universitária.

Entendemos que todos os brasileiros devam ter assegurados seus direitos de manifestar livremente suas opiniões e repudiamos toda e qualquer forma de violência, principalmente por parte daqueles que devem cuidar da ordem e segurança pública.

**Prof. Dr. Francisco Antonio Serralvo - Diretor**  
**Prof. Dr. João Ildebrando Bocchi**

## Violência na PUC-SP

### Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

Os docentes do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP vêm manifestar sua indignação e repúdio em face dos atos de violência praticados por manifestantes pró-impeachment da Presidenta da República e pela Polícia Militar contra professores e estudantes da Universidade, na noite da última segunda-feira, ocasião pródiga em desnudar diversas formas de violência que têm marcado o cotidiano da vida social brasileira: Violência pela provocação de tom revanchista em vista do ato ocorrido no TUCA na semana anterior, contrário ao impeachment da Presidenta da República; Violência verbal pelos xingamentos e palavrões proferidos pelos mais exaltados ocupantes do pátio em manifestação que contou com baixa adesão; Violência pelo caráter intimidativo do enorme arsenal de viaturas e policiais militares armados, que ocuparam a Rua Ministro Godói; Violência física praticada pela polícia militar ao lançar bombas de gás lacrimogêneo e de pimenta e balas de borracha contra mani-

festantes contrários às posições políticas ultradireitistas e reacionárias dos que discursavam no caminhão; Violência pela exaltação, no pátio, da Polícia Militar que, escandalosa e seletivamente, atuou na repressão ao outro polo das manifestações, ou seja, o grupo de estudantes que bradavam "Não vai ter golpe" e/ou "Não passará"; Violência pela tentativa, daqueles manifestantes pró-impeachment, de cerceamento ao pensamento crítico e de 2/3 desqualificação de professores da PUCSP acusados, naquele ato, de praticarem "doutrinação marxista"; Violência por ser o referido ato mais uma expressão da aliança entre segmentos sociais ultraconservadores atizados pela mídia burguesa alimentada pelos "vazamentos" de uma Justiça, política e ideologicamente tendenciosa na condução de processos, além das investigações policiais seletivas e da sanha "golpista" de parcela dos parlamentares; Violência pelas agressões ao

Estado Democrático de Direito nos trâmites de um processo que "partidariza" a Justiça, ao desencadear uma aparente devassa da estrutura político-empresarial de corrupção mediante investigação que, no entanto, seletivamente, expõe a alguns e promove a "blindagem" de outros; Violência do facciosismo de classe social que libera catracas do metrô para uma manifestação e não para outra, oferece almoço na Avenida Paulista para alguns e aciona, seletivamente, o aparato repressivo contra aqueles que se recusam a compartilhar do brado "Viva a polícia militar!"; Violência pelo desserviço que as falas de conteúdo fascista representam para o avanço da consciência política e das lutas populares ao reduzirem e ocultarem os antagonismos de classe sob o embate entre governo e aqueles que se declaram em luta contra a corrupção; Violência contra a Universidade... Violência contra os valores democráticos... Violência contra o projeto de uma sociedade igualitária e justa... Mas, não consegui-

rão intimidar-nos com tais atos. 3/3 Não nos calaremos diante da violência e da barbárie. Por isso, juntamo-nos a todas (os) que vêm manifestando indignação e repúdio em face dos atos de violência perpetrados na última segunda-feira e em todos os dias em favor da preservação de uma injusta ordem social, política e econômica. Solicitamos à Reitoria que interpele os órgãos do governo estadual, denunciando as agressões policiais sofridas, relatando os prejuízos causados a membros da comunidade universitária e exigindo reparação e reafirmamos nossa disposição para as lutas em defesa dos direitos sociais, em busca da emancipação da condição humana e por uma sociedade democrática e livre de todas e quaisquer formas de opressão.

São Paulo, outono de 2016.

70 anos da PUC-SP

80 anos do Serviço Social Brasileiro

# Consun manifesta-se contra violência policial

Na sessão ordinária de 30/3 o Conselho Universitário manifestou seu repúdio contra a ação da Polícia Militar realizada no dia 21/3 contra os estudantes da PUC-SP. A discussão não estava na pauta e foi incluída no item "outros". Vários conselheiros usaram a palavra para condenar a barbárie policial e pedir um posicionamento do conselho. Padre Julio Lancellotti, representante da sociedade civil, afirmou que não basta condenar a violência pura e simplesmente, pois ela tem lado, cor e ideologia. Para ele a violência tem que ser rejeitada e repudiada, pois estamos diante de uma polícia covarde que mata mais do que o Estado Islâmico, segundo dados oficiais.

Eudes Manoel de Oliveira, representante discente da Faculdade de Ciências Sociais, encami-

nhou para a tirada de um posicionamento por parte do Conselho, uma vez que a nota da Reitoria era insuficiente diante da relevância dos fatos.

Seguiu-se uma discussão sobre os termos em que o Consun deveria se manifestar e optou-se por uma nota curta, uma vez que outros conselhos e faculdades já haviam se manifestado (veja a íntegra deste texto na capa desta edição).

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

O professor José Martinez (que substituiu a professora Anna Cintra, ausente na oportunidade), leu as correções e explicações da Divisão de Recursos Humanos sobre as dúvidas levantadas pelos conselheiros quanto ao

chamado relatório de atividades.

Algumas informações foram corrigidas outras foram confirmadas, o que continuou causando estranheza para alguns conselheiros. O funcionário Nalcir Antonio Ferreira Jr. Lembrou novamente que, embora a DRH remetesse a carreira dos funcionários para planos estabelecidos pela instituição, na verdade não existem critérios claros para um verdadeiro Plano de cargos e Salários que balize a atividade dos funcionários administrativos que vêm-se submetidos a critérios subjetivos para ascender da carreira. Representantes docentes também estranharam a presença de um plano de previdência privada que não foi publicizado pela instituição.

O Consun também se debreçou longamente na aprova-

ção dos quadros de vagas para os vestibulares de Inverno e Verão, com poucas alterações em relação aos quadros anteriores eles foram aprovados. Diretores de faculdades, porém, questionaram os critérios adotados pela Reitoria e Fundação para a abertura de turmas que não são divulgados convenientemente entre as direções.

O diretor da Faficla leu a carta que foi encaminhada ao Conselho Superior da Fundação São Paulo pedindo mais uma vez que a discussão da Cátedra Michel Foucault seja incluída na pauta daquele conselho. Na sequência o conselho encaminhou para que um item de pauta da próxima reunião seja a aprovação de um novo texto para a deliberação que regulamenta a aprovação de cátedras acadêmicas.

# AFAPUC e Fundasp discutem acordo interno e antecipação salarial

Em reunião realizada na terça-feira, 29/3, os funcionários administrativos discutiram com o secretário executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, as cláusulas divergentes do novo acordo interno de trabalho. Praticamente chegou-se a um acordo quanto às cláusulas divergentes. A Fundasp não concordou que a multa diária por atraso de salários permaneça na base de 1/30 insistindo nos 1/50 propostos anteriormente. Quanto ao aviso prévio permaneceram os 45 anos de idade para o direito ao recebimento do adicional de 15 dias, e não 50 anos como a Fundasp propôs. Por outro lado houve acordo no número de faltas abonadas dos funcionários (as chamadas portarias), porém a Fundasp deverá estudar melhor os outros pleitos dos funcionários quanto o meio abono e a emenda com as férias. Também os valores relativos à cesta básica merecerão novos estudos por parte da Fundasp.

## ANTECIPAÇÃO

Quanto ao reajuste salarial o secretário informou que, como foi impossível negociar-se o novo índice no mês de março, a Fundasp incorporará à folha salarial do mês, a ser paga em 6/5, uma antecipação salarial de 5,5%.

Até o fechamento desta edição as negociações salariais não encaminhavam para um acordo e o Sinpro-SP recomendava às instituições de ensino superior a incorporarem à folha de março 10,47% a título de antecipação salarial.

Os funcionários deverão convocar uma nova assembleia para aprovação do texto do acordo interno.

## APROPUC esclarece questões de seu Acordo Interno

*A APROPUC enviou carta ao secretário da Fundasp esclarecendo alguns pontos divergentes nas discussões do Acordo Interno dos Professores. Abaixo publicamos as explicações da entidade sobre estas cláusulas.*

Ao Secretário Executivo da Fundação São Paulo Pe. José Rodolpho Perazzolo

Os pontos do Acordo Interno em lente, discutidos em assembleia dos professores, sobre os quais existe discordância ou necessitam maiores esclarecimentos são:

**Cláusula 42ª:** os professores não concordam com a elevação da idade de 45 para 50 anos para que seja assegurado ao professor o direito a um acréscimo de, no mínimo, quinze dias de aviso prévio, sem prejuízo do previsto na Cláusula 41ª.

Conforme apuramos, existem 136 professores no recorte de 45-49 anos, provavelmente em situação de deslocamento na carreira, e esta alteração causará um prejuízo ainda maior ao professor/a demitido.

**Cláusula 31ª:** os professores não concordam

com o limite de idade de até dois anos da criança a ser adotada por professor/a. A APROPUC argumentou fortemente sobre a necessidade da presença do pai/mãe adotante na adaptação dessa criança, independente da idade de que tenha.

**Cláusula 22ª:** pretendemos discutir a cláusula referente a gratuidades, no que tange seu parágrafo quarto, item b., pois temos ciência do caso do professor Odair Silva Soares, que encontra-se em licença para término de seu doutoramento, e teve sua bolsa negada este semestre pelo Consad. O referido professor está em redação final de sua tese, com depósito previsto para abril, teve a bolsa concedida em idênticas condições no segundo semestre de 2015 e negada no atual semestre. Queremos interceder em favor da concessão de bolsa para este professor e, caso necessário, realizar ajustes na reda-

ção da referida cláusula, parágrafo e item no intuito de que futuras ambiguidades sejam evitadas.

Em nossa reunião de 26/2/16, a funcionária Helena do RH ficou de averiguar alguns pontos, como o auxílio refeição extensível a restaurantes do entorno da PUC-SP, adequar os valores acordados de reembolso do Auxílio Escola e do adiantamento de salário, além de outros aspectos da redação do referido acordo (suprimir adicional de Barueri, pela descontinuidade dos cursos que lá ocorriam) e adequações necessárias na sessão Fecho de nosso acordo.

Sem mais, aguardamos reagendamento da reunião para solucionarmos as pendências relativas ao Acordo Interno e discutirmos outros assuntos.

Atenciosamente,  
**João B. Teixeira da Silva,**  
presidente da APROPUC-SP.

## AFAPUC e APROPUC agradecem contribuições da comunidade

A AFAPUC e a APROPUC agradecem a todos os trabalhadores, estudantes e a Fundasp que contribuíram com alimentos não perecíveis para minimizar a situação angustiante que vêm pas-

sando os funcionários da Higilimp, desligados da empresa no mês de fevereiro sem receber os seus salários e direitos trabalhistas.

Longe de estar resolvida a situação permanece e, em

tempos de crise, deverá se repetir com outros trabalhadores terceirizados que vêm suas garantias trabalhistas sendo retiradas pelos patrões de empresas que terceirizam seus operários.

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Movimentos sociais saem às ruas contra o golpe, ajuste fiscal e reforma da previdência

**Encontro discute formação de uma Frente de Esquerda Socialista**

Desde que foi reeleito, há pouco mais de um ano, o governo Dilma Rousseff (PT) vem realizando medidas que desagradam a classe trabalhadora e os movimentos sociais. O ajuste fiscal, a reforma da previdência e a recente aprovação da lei antiterrorismo são apenas alguns exemplos de como o Partido dos Trabalhadores, no cargo da presidência, vem se afastando cada vez mais de sua base social.

Ainda assim, os movimentos sociais se dispõem a ir para as ruas quando a democracia está ameaçada. É o caso do atual cenário político do Brasil, no qual a burguesia e a grande mídia saem em defesa do impeachment da presidenta sem que haja provas materiais para tal.

Por isso, no dia 1/4, a Conlutas, junto ao Espaço Unidade e Ação, organizou por todo o Brasil manifestações que se colocuem como uma alternativa aos atos em defesa do governo federal e também aos atos chamados pela oposição.

De acordo com a central sindical, os atos dos dias 13, 18 e 31 de março não representam os interesses da classe trabalhadora, da juventude e das populações marginalizadas do país, pois ambos defendem um projeto político que prejudica os trabalhadores e garante os lucros de empresários e banqueiros.

Nesse sentido, a central sindical retoma a bandeira de seu 2º Congresso Na-

cional, realizado em junho do ano passado: “Nem o PT representa mais os trabalhadores, nem a oposição direita é alternativa. Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita”.

Uma nota divulgada no site da Conlutas afirma ainda que “A saída proposta pela oposição de direita, que defende o impeachment, significa tirar Dilma e entregar o poder a Michel Temer ou ao presidente da Câmara, nesse momento o corrupto Eduardo Cunha. Já os governistas defendem a permanência do governo responsável pelos brutais ataques que nosso povo vem sofrendo e que, em meio ao agravamento da crise, sinaliza ainda mais para os grandes empresários o seu compromisso com o grande capital e contra a classe trabalhadora”.

Em São Paulo, o ato teve concentração no Vão do Masp, na Avenida Paulista, às 16h. Também houve manifestações em Macapá (AP), Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Boa Vista (RR), Brasília (DF), Curitiba (PR), Espírito Santo (ES), Florianópolis (SC), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), entre outros.

O texto divulgado no portal da central sindical reforça, ainda, a necessidade da união entre trabalhadores, juventude e a população pobre e marginalizada para que se construa

uma greve geral no país, destacando que a Conlutas acredita que é possível a consolidação de uma alternativa tanto ao governo federal quanto aos partidos de oposição da direita.

## MAIS MOBILIZAÇÕES

No dia 31/3, as ruas do Brasil foram tomadas pelo “Canto da Democracia”, ou Dia Nacional de Mobilização Contra o Golpe, manifestação a fim de defender a democracia e protestar contra o golpe. O ato foi organizado pela Frente Brasil Popular, articulação que reúne 60 entidades dos movimentos sociais e sindical, e pela Frente Povo sem Medo.

O movimento também foi às ruas em defesa de mais direitos, contra o ajuste fiscal e a reforma da previdência e por outra política econômica. Em São Paulo, o ato e apresentações culturais aconteceram na Praça da Sé.

## Curso de Serviço Social no Paraná entra em greve

Os alunos do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, de Foz do Iguaçu, Paraná, entraram em greve após realização de assembleia geral. Os estudantes tomaram a decisão em virtude da não divisão de turmas o que prejudicou o desenvolvimento pedagógico da disciplina.

Os estudantes enviaram uma moção de repúdio à

No último dia 23, quarta-feira, professores e funcionários da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) organizaram um encontro para construir uma Frente de Esquerda Socialista dentro da universidade. O impulso para isso é se posicionar em meio a um cenário político brasileiro de muita instabilidade e no qual o conservadorismo tem ganhado cada vez mais força. O mote da reunião era se colocar contra o ajuste fiscal atualmente promovido pelo governo Dilma Rousseff (PT).

## GREVE

Os servidores da UERJ já entram na quarta semana de greve, que foi deflagrada a fim de exigir um reajuste salarial de 30%, fim da terceirização de funcionários, regularização do pagamento de bolsas e salários, além do arquivamento de processos abertos em 2012 contra sindicalistas e estudantes.

situação do curso para o reitor Josué Modesto dos Passos Subrinho e solicitam àqueles que queiram aderir enviar moções de repúdio e solidariedade que se manifestem através do e-mail filipe.neri07@gmail.com. A APROPUC se solidariza com os estudantes, pois entende que esta luta é a mesma que travamos cotidianamente em nossa universidade.

# ROLA NA RAMPA

## Debate questiona papel da mídia na atual conjuntura

O curso de jornalismo promoveu, no dia 29/3, a exibição do documentário "Estranhos na Noite", que narra a censura ao jornal O Estado de S. Paulo durante o período da ditadura militar. Estiveram presentes o diretor do filme Camilo Tavares e o roteirista José Maria Mayrink, que relataram o processo de produção do documentário.

O debate que se seguiu à apresentação do vídeo extrapolou a proposta inicial do filme e questionou o posicionamento que o Estadão tem hoje diante da conjuntura nacional. Professores e estudantes lembraram que, embora os jornalistas do Estadão tivessem um papel fundamental de resistência à ditadura militar, o jornal sempre teve uma postura direitista e contrária aos interesses da maioria da população brasileira.

Os alunos colocaram no palco faixas criticando os principais órgãos de imprensa do país. "Não à mídia golpista", dizia uma das faixas.

O Centro Acadêmico de Jornalismo, Benevides Paixão, leu uma nota onde repudiava a postura da mídia hegemônica que insufla a opinião pública em relação ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT). Tal posição ficou clara no último dia 29/3, quando os maiores periódicos impressos do país estampavam uma faixa amarela com a frase "Impeachment Já", patrocinada pela Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A nota deixou claro, ainda, o posicionamento do Centro Acadêmico contra o golpe e em defesa de um jornalismo que cumpra sua função de instrumento da democracia dentro da sociedade.

## AFAPUC promove curso de capoeira

A AFAPUC convida a toda a comunidade a participar de seu Projeto Capoeira e Saúde Integral. Sob a batuta do Mestre Tulio a entidade oferece aulas de capoeira que acontecem às terças-feiras das 16h20 às 17h40

e às quintas-feiras das 18h00 às 19h30 no 5º. Andar - Sala 527. Associados da AFAPUC pagam R\$ 50,00 não associados (professores, alunos, funcionários e terceirizados) pagam R\$ 70,00.

## Professores da PUC debatem democracia e crise

Nesta segunda-feira, 4/4, às 19h30, na sala 117-A, professores de diversos departamentos da PUC-SP realizam o debate "Crise e democracia". O evento foi organizado pelo Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano,

Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão e Núcleo de Estudos de Relações Internacionais.

## Exposição na PUC-SP homenageia mortos e desaparecidos da ditadura

O Núcleo de Estudos sobre Pobreza e Desigualdade do Serviço Social, com o apoio da Comissão da Verdade da PUC-SP, realizou a exposição "VIVOS", uma homenagem aos desaparecidos políticos da ditadura militar

do Brasil. O evento mostrou o trabalho do cartunista Fernando Carval e ficou exposto no vão do térreo do Prédio Velho durante os dias 31/3 e 1/4, data em que o golpe militar completou 52 anos.

## Serviço Social promove debate precarização do trabalho

No dia 6/4, quarta-feira, a PUC sediará o debate "Precarização do Trabalho e Saúde do Trabalhador", com a presença do Prof. Dr. Herval Pina Ribeiro (DIESAT), Profa. Dra. Maria Beatriz Abramides (PUC-SP), Profa. Dra. Edvânia Angela Loureiro (Unesp) e Profa. Dra. Damares Pereira Vicente (PUC-SP). O encontro acontece no au-

ditório 117-A, às 19h30, e é promovido pelo curso de Serviço Social da PUC-SP, por intermédio dos Núcleos da Graduação: Saúde e Qualidade de Vida e Relações de Trabalho, e dos núcleos da pós-graduação: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento marxista (NEAM) e Núcleo de Estudos e Pesquisas de Trabalho e Profissão (NETRAP).

## Programa de Economia Política debaterá política brasileira

O Programa de Estudos Pós Graduação em Economia Política e o Departamento de Economia Política convidam para a reunião do Grupo de Pesquisa - Política para o Desenvolvimento Humano. O encontro discutirá três textos: "O ensaio desenvolvimentista no primeiro man-

dato de Dilma Rousseff", de André Singer; "Brazil: the failure of the PT and the rise of the 'new right'", de Alfredo Saad Filho e Armando Boito e "A natureza da crise política brasileira", de Armando Boito. A reunião acontece no dia 4/4, às 11h30, na sala 137 do Prédio Novo.

## Seminário Internacional em Habitação

Na edição nº 980 do jornal PUCViva, que noticiou a realização do Seminário Internacional em Habitação: Desafios do Direito à Cidade na PUC-SP, não foram citados os nomes dos idealizadores, organizadores e patrocinadores do evento. São eles: Coordenadoria de

Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais - CEDEPE-PUC -SP, Programa de Estudos Pós Graduação em Serviço Social - PUCSP, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).